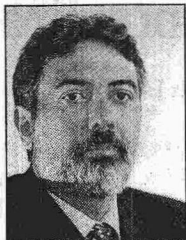


Brasil - Economia - Brasil

CORREIO
ECONÔMICO

NELSON TORREÃO

correcon@cbdata.com.br

Dinheiro que seria usado em gastos sociais é desviado para pagar juros da dívida

O ORÇAMENTO,
A DÍVIDA E A
CONSTITUIÇÃO

O deputado Sérgio Miranda (PC-do B-MG) integra a Comissão de Orçamento do Congresso e tem se especializado em finanças públicas. Ele foi ontem à tribuna da Câmara defender que a proposta de orçamento de 2000 seja devolvida ao presidente Fernando Henrique, porque seria inconstitucional.

Essa hipótese é virtualmente impossível, porque devolução é uma prerrogativa dos presidentes da Câmara e do Senado, e nem Antônio Carlos Magalhães nem Michel Temer cometeriam tal ousadia. Mas vale a pena ouvir os argumentos de Miranda.

Ele diz que a proposta de orçamento não respeita as vinculações constitucionais e legais que

associam fontes de recursos a despesas. A receita prevista das contribuições ao INSS, que só podem ser usadas no pagamento de benefícios aos trabalhadores do setor privado, é de R\$ 52,9 bilhões, mas o total de benefícios só chega a R\$ 42,3 bilhões. Uma tunga de R\$ 10 bilhões.

A arrecadação da CPMF deve chegar a R\$ 17,1 bilhões, mas as despesas somadas da Previdência e do Fundo Nacional de Saúde, custeadas por aquela contribuição, são de R\$ 13,7 bilhões. Desvio de R\$ 3,4 bilhões.

As contribuições sociais típicas (desconsideradas outras vinculações) devem arrecadar R\$ 128 bilhões. Somadas a outras fontes do Orçamento da Seguridade Social (exceto transferências do orçamento fiscal), vão produzir uma receita total de R\$ 130,7 bilhões, mas todas as despesas programadas desse orçamento não passam de R\$ 120,9 bilhões — quase R\$ 10 bilhões a menos.

Como isso é possível? Graças à desvinculação de receitas promovida pela proposta de emenda constitucional 85, do Executivo, que sequer começou a tramitar no Congresso. Residiria aí a inconstitucionalidade, pois a lei não autoriza que o orçamento seja aprovado com base numa simples proposta de emenda à Constituição.

Ocorre que a PEC 85 é uma nova versão do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que autorizou a desvinculação de receitas, e que expira em 31 de dezembro. Miranda acha que não há prazo regimental para que a PEC seja aprovada antes do orçamento. E lembra que em anos anteriores a vigência da desvinculação antecedia a do orçamento.

“De fato, este ano o prazo está mais apertado”, reconhece o economista Raul Velloso, o “pai” do FEF. Velloso acha que Miranda está certo, em tese, mas é preciso pagar para ver: “É um

teste. O governo está correndo o risco.”

Sem a desvinculação, é impossível chegar ao superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) de R\$ 28,3 bilhões. Pelas contas de Miranda, três quartos desse superávit (R\$ 21 bilhões) dependem da desvinculação.

Com isso chegamos ao corolário do argumento de Miranda: já que o superávit primário destina-se ao pagamento de juros — no caso, para impedir que a dívida do governo continue a crescer ano a ano —, segue-se que o governo está desviando recursos originalmente destinados a gastos sociais para pagar juros.

Essa conclusão parece cristalina. Um cínico poderia retrucar: é para isso que existe a desvinculação. Ou, como prefere o Ministério de Orçamento e Gestão: dinheiro não tem carimbo, se a desvinculação não for aprovada, o dinheiro será usado de outra forma.

Novo foco

Depois de ter financiado, durante quinze anos, a restauração de imóveis históricos, a Fundação Vale do Rio Doce decidiu concentrar na educação a aplicação de sua verba anual de R\$ 10 milhões. Além de patrocinar os programas Alfabetização Solidária e Capacitação Solidária, o Canal Futura e projetos de educação ambiental, a FVRD está iniciando o Escola que Vale, com investimentos de US\$ 8 milhões nos próximos dois anos, inicialmente em seis municípios.

Jura quebrada

O economista José Guilherme Reis é o novo chefe da assessoria econômica do Ministério de Orçamento e Gestão. Vem da Confederação Nacional da Indústria, onde coordenava a Unidade de Política Econômica. Já esteve no governo antes, no IBGE, e tinha jurado que não voltaria.